

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Procedimentos de auditoria são aqueles que representam

- (A) as avaliações que o auditor realiza para determinar a natureza, a extensão e a profundidade dos testes de auditoria.
- (B) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações financeiras.
- (C) as avaliações que o auditor realiza para determinar se os saldos das contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado estão superavaliados.
- (D) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, relacionado às contas contábeis.
- (E) as avaliações que o auditor realiza para planejar e executar a confirmação de saldos contábeis junto a terceiros.

2. O exame, pelo auditor, de documentos externos e internos com o objetivo de constatar a veracidade dos valores registrados na contabilidade da entidade, é um dos procedimentos de auditoria denominados de

- (A) Exame de superavaliação, por meio do qual o auditor parte do documento para conferir a composição do saldo do razão geral.
- (B) Contagem física de documentos, por meio do qual o auditor parte dos documentos para em seguida fazer a identificação dos bens declarados nas demonstrações financeiras.
- (C) Conferência de cálculo, por meio do qual o auditor verifica se os valores dos lançamentos contábeis foram corretamente calculados.
- (D) Confirmação com terceiros, por meio do qual o auditor deve confirmar junto a terceiros os valores indicados nos documentos e registrados na contabilidade da entidade.
- (E) Inspeção de documentos, por meio do qual o auditor avalia se os lançamentos contábeis estão devidamente suportados.

3. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 04/05/2000) sobre o limite da despesa com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, assinale a alternativa que indica **corretamente** o percentual da receita corrente líquida que a despesa total com pessoal do Município não poderá exceder

- (A) 49%
- (B) 50%
- (C) 54%
- (D) 60%
- (E) 70%

4. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém somente receitas públicas da categoria econômica e do tipo receitas correntes.

- (A) Receita tributária, de contribuições e de superávit orçamentário corrente.
- (B) Receita de serviço, receita patrimonial e receita proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas correntes.
- (C) Receita de atividade industrial ou agropecuária e receita provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívida.
- (D) Receita tributária, receita de serviços e receita proveniente da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) Receita de contribuições, receita patrimonial e receita proveniente de amortização de empréstimos anteriormente concedidos.

5. Além do critério de classificação institucional, as receitas públicas podem ser classificadas por outros critérios. Assinale a alternativa **correta** em relação aos demais critérios de classificação das receitas públicas.

- (A) Segundo sua natureza e funcional.
- (B) Segundo sua natureza e programático.
- (C) Funcional e programático.
- (D) Segundo sua natureza e quanto às fontes de recursos.
- (E) Funcional e segundo as fontes de recursos.

6. Na Administração Pública, orçamento-programa é aquele que

- (A) evidencia os graus de prioridade que foram dados aos programas de investimentos.
- (B) dá transparência ao que se pretende gastar ou comprar pelo relacionamento das receitas a arrecadar com as despesas de custeio programadas.
- (C) destaca as metas e objetivos que se propõe realizar por meio de um conjunto de programas para os quais devem ser definidos os objetivos a serem alcançados, os custos envolvidos e as fontes de recursos.
- (D) destaca o que se pretende realizar com os recursos provenientes das diversas fontes, pelo ato de restringir os gastos e as compras ao montante da receita estimada.
- (E) evidencia em primeiro lugar os recursos disponíveis por natureza e fonte de recursos e, em seguida, define a distribuição desses recursos na manutenção da rede de serviços públicos a que se propõe realizar por meio dos programas administrativos.



7. Identifique qual das alternativas constitui recursos (desde que não comprometidos) para a abertura de créditos suplementares e que devem ser incorporados ao orçamento, considerando o disposto na Lei 4.320/64.

- (A) O excesso de arrecadação desde que ajustado pelo déficit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (B) Os créditos adicionais autorizados em lei para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como nos casos de guerra ou calamidade pública.
- (C) O produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas para as quais não exista dotação específica, como quando da criação de órgãos da administração pública.
- (D) O excesso de arrecadação ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra ou calamidade pública, ou para cobrir despesas para as quais não exista dotação específica ou ainda para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (E) O excesso de arrecadação ou o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.

8. Considerando a classificação das despesas públicas segundo a categoria econômica, uma concessão de empréstimo deverá ser classificada como uma

- (A) inversão financeira, no grupo das despesas de capital.
- (B) transferência corrente, no grupo das despesas correntes.
- (C) subvenção financeira, no grupo das despesas de correntes.
- (D) transferência de capital, no grupo das despesas de capital.
- (E) programação especial, no grupo das despesas correntes.

9. Identifique a alternativa **correta**, considerando o princípio orçamentário da universalidade para fins de elaboração do Orçamento Público e considerando o que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

- (A) O orçamento deve compreender todas as receitas e despesas, sendo que a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e, além disso, (I) - demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas, ou alternativamente, (II) - apresentar as medidas de compensação para o período mencionado (três exercícios), por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (B) O orçamento deve ser elaborado por todas as pessoas jurídicas de direito público em cada esfera da administração, sendo obrigação do Legislativo conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização. Dessa forma, qualquer lei ou medida provisória que conceda ou amplie isenção, incentivos ou benefícios de natureza tributária e financeira e gere efeitos sobre a receita estimada, somente deve ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita que irá acarretar.
- (C) O orçamento deve ser de pleno acesso a qualquer interessado, ou seja, exige-se absoluta transparência e pleno acesso às informações acerca das ações dos dirigentes de órgãos e entidades públicas e pelo uso dos recursos, o que inclui a obrigatoriedade de evidência das renúncias de receitas decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (D) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um determinado período de tempo, sendo que os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício que forem reabertos, deverão ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (E) O orçamento deve utilizar rubricas de receitas e despesas pelos seus valores brutos, ou seja, sem deduções e sem compensações. Para tal, exige-se a estimativa das renúncias de receitas, permitindo determinar o montante "potencial" da arrecadação. Dessa forma, se justifica a contabilização simultânea das transferências como receitas e despesas de um órgão e de outro, mesmo que tais valores apenas "entrem" e "saiam", visto que as eliminações devem ser feitas somente no processo de consolidação dos demonstrativos.

10. Leia atentamente as alternativas concernentes aos tribunais de contas e assinale a **correta**.

- (A) O Tribunal de Contas, no Brasil, é órgão auxiliar do Poder Executivo.
- (B) O Tribunal de Contas é preposto do Poder Judiciário.
- (C) O Tribunal de Contas é órgão julgante, por excelência, cível e criminal.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas, entre outras atribuições, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelos entes federativos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (E) Cabe ao Tribunal de Contas apreciar, com definitividade, as contas dos administradores.

11. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo são nomeados

- (A) em comissão.
- (B) em caráter efetivo.
- (C) em caráter vitalício.
- (D) no regime de legislação trabalhista.
- (E) em caráter interino.

12. No controle externo municipal, ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo cabe assinalar prazo para que seja sanada ilegalidade constatada na conduta do órgão controlado. Nesse caso, não atendido tempestivamente,

- (A) deve oficiar à Câmara Municipal, solicitando a sustação do ato impugnado.
- (B) deve imediatamente recorrer ao Judiciário.
- (C) o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que, de imediato, solicitará ao Executivo as medidas cabíveis.
- (D) deve oficiar ao Prefeito Municipal, reiterando a correção do ato ilegal.
- (E) susta a execução do ato impugnado, comunicando tal decisão à Câmara Municipal.

13. Dentre os requisitos para a nomeação no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é **INCORRETA** a exigência de

- (A) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (B) idoneidade moral e reputação ilibada.
- (C) mais de cinco anos de exercício de função ou de formação profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (D) mais de trinta e cinco anos, e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (E) aprovação da Câmara Municipal.

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- I. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas importam em prejulgamento do Tribunal em relação ao caso concreto invocado e não à tese firmada.
- II. A consulta encaminhada ao Tribunal de Contas poderá ser subscrita por qualquer agente político, independentemente de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.
- III. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas terão caráter normativo, importando em prejulgamento do Tribunal em relação à tese firmada, e não ao caso concreto eventualmente invocado.
- IV. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para formular representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal.
- V. Contra o acórdão que veicular o parecer emitido pelo Tribunal, em resposta à consulta formulada, caberá pedido de reexame, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da sua publicação.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I e II estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV estão **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

15. De conformidade com a Lei Federal n. 8666/93, é dispensável a licitação

- (A) para a aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor exclusivo.
- (B) para a contratação de perícias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico.
- (E) para a contratação de associação de portadores de deficiência psíquica, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade.

16. Os serviços públicos que a Administração presta sem ter usuários determinados (uti universi), diferenciam-se daqueles prestados individualmente (uti singuli) porque

- (A) são divisíveis, ou seja, sua utilização é mensurável.
- (B) têm usuários determinados.
- (C) geram direito subjetivo à sua obtenção.
- (D) satisfazem indiscriminadamente a população.
- (E) são remunerados por meio de tarifa.



17. Admitindo-se a autorização, a permissão e a concessão de uso como instrumentos para a outorga ao particular do uso privativo dos bens públicos, leia as afirmações abaixo, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo:

- I. a autorização para uso privativo de bem público não pode ser outorgada por prazo determinado.
- II. a autorização para uso privativo de bem público pode ser outorgada por prazo até o máximo de 90 dias, exceto quando se destinar a formar canteiro de obra ou de serviço público, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra ou do serviço.
- III. a outorga de autorização para uso privativo de bem público exige prévia desafetação do bem a ser utilizado.
- IV. a permissão de uso de bem público será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.
- V. é dispensada a licitação para a concessão de uso, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou entidades assistenciais ou filantrópicas ou quando houver interesse público ou social devidamente justificado.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas II, IV e V estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas I, II e V estão **incorretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

18. As organizações sociais são

- (A) órgãos pertencentes à Administração direta, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- (B) são pessoas da Administração indireta, pois são organizações particulares que integram a estrutura governamental.
- (C) fundações de direito público, voltadas ao desenvolvimento de atividades sociais previstas na lei ou decreto que as cria.
- (D) uma nova forma societária ou uma modalidade especial de pessoa jurídica.
- (E) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que, preenchendo os requisitos legais, podem celebrar contratos de gestão com o poder público para a formação de parceria no fomento e execução de determinadas atividades.

19. José, após concurso regular, foi nomeado para o cargo de Engenheiro Municipal. Toma posse perante a autoridade competente, mas não entra em exercício no prazo legal. Diante dessa situação, a Administração deverá

- (A) demiti-lo.
- (B) instaurar processo administrativo por abandono de cargo.
- (C) tornar sem efeito a nomeação.
- (D) exonerá-lo.
- (E) prorrogar "ex officio" o prazo para entrar em exercício.

20. Quanto ao controle do ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O ato administrativo discricionário e o ato administrativo vinculado estão sujeitos ao controle judicial.
- (B) O administrado pode pleitear a revogação judicial do ato administrativo praticado pelo Poder Executivo.
- (C) Revogado o ato administrativo, seus efeitos operam-se retroativamente.
- (D) A declaração de nulidade do ato administrativo depende sempre de decisão judicial.
- (E) O ato discricionário é imune ao controle judicial.

21. Com relação ao serviço público, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O serviço público é sempre prestado pelo Estado.
- (B) Quando o serviço público é prestado por particulares ocorre uma transferência da titularidade do Estado para a iniciativa privada.
- (C) Serviço público é uma intervenção estatal no domínio econômico.
- (D) A posição doutrinária dominante é a que afirma a "morte do serviço público".
- (E) As únicas hipóteses de prestação de serviço público são aquelas apontadas no texto constitucional.

22. As alternativas abaixo apresentam atribuições do poder hierárquico da Administração Pública, exceto:

- (A) Anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores.
- (B) Editar atos regulamentares.
- (C) Aplicar sanções disciplinares.
- (D) Avocar e/ou delegar atribuições.
- (E) Controlar as atividades dos órgãos subordinados.





23. Leia as afirmações seguintes para responder à questão.

- I. O pregão inicia sua fase externa com a convocação dos interessados através da publicação do respectivo edital com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- II. Pregão é modalidade de licitação em que há inversão das fases de classificação das propostas e habilitação dos licitantes.
- III. Pregão é modalidade de licitação em que, uma vez conhecidos os valores ofertados, são admitidos lances verbais e sucessivos a serem apresentados por qualquer um dos licitantes, até a proclamação do vencedor.
- IV. Em um pregão realizado pelo Estado pode haver a contratação do licitante classificado em segundo lugar nos preços, por ter sido inabilitado o licitante com o menor preço.
- V. O pregão é reservado à compra de bens de pequeno valor e alienação de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações são **incorretas**.
- (B) todas as afirmações são **corretas**.
- (C) apenas as afirmações I, II e V são **corretas**.
- (D) apenas as afirmações I, III e V são **incorretas**.
- (E) apenas as afirmações II, III e IV são **incorretas**.

24. Tendo em conta a Lei Orgânica do Município de São Paulo, leia as afirmações seguintes:

- I. Após a posse, os Vereadores se reunirão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.
- II. A Mesa da Câmara poderá declarar "ex officio" a perda do mandato do Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licenças ou missão autorizada pela Câmara.
- III. Os membros da Mesa serão eleitos para um mandato de um ano, não sendo permitida reeleição.
- IV. No período de recesso, a Câmara não poderá ser extraordinariamente convocada pelo Prefeito.
- V. Perderá o mandato o Vereador investido na função de Secretário Municipal.

Estão **corretas**

- (A) apenas as proposições I e II.
- (B) apenas as proposições I, III e V.
- (C) apenas as proposições II e III.
- (D) apenas as proposições II e IV.
- (E) apenas as proposições I, II e III.

25. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos constitucionais expressos, **EXCETO**:

- (A) julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.
- (B) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- (C) organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.
- (D) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até sessenta dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras referentes à eleição em dois turnos no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.
- (E) posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

26. Os institutos de direito administrativo são informados por diversos princípios. Nessas condições, a "suplência", a "delegação" e a "substituição" são institutos informados pelo

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da continuidade.
- (C) princípio da autotutela administrativa.
- (D) princípio da especialidade.
- (E) princípio do poder-dever.

27. A Emenda Constitucional 41/2003 procurou enfrentar o problema das distorções do sistema remuneratório no art 37, XI

- (A) estabelecendo um limite diverso para os servidores de cada um dos três Poderes no âmbito estadual.
- (B) fixando num único valor o limite de remuneração para os três Poderes e para as esferas federal, estadual e municipal.
- (C) fixando teto apenas para os servidores que continuam sob o regime remuneratório tradicional, não incluindo os que passam para o regime de subsídio.
- (D) estabelecendo um teto incidente sobre toda a administração direta e indireta.
- (E) fixando teto apenas para os servidores incluídos no regime de subsídio, não abrangendo os servidores sob o regime remuneratório tradicional.



28. A lista final de um concurso público, com os candidatos aprovados e classificados foi publicada com diversos erros, constando candidatos reprovados desde a 1ª fase do concurso.

Decorridos alguns meses após a nomeação e entrada em exercício de todos os nomeados, a Administração descobriu o erro e, de imediato, tornou sem efeito as nomeações e anulou o concurso público. Este procedimento

- (A) está correto, visto que os servidores não eram estáveis.
- (B) está correto, visto ter a Administração o poder de autotutela sobre os próprios atos.
- (C) está incorreto, por ferir o princípio da ampla defesa dos servidores nomeados.
- (D) está incorreto, pois, por se tratar de procedimento de concurso público, a anulação só poderia ocorrer antes da homologação e da nomeação dos candidatos aprovados.
- (E) está incorreto, pois a Administração pode revogar seus atos, a qualquer tempo, por ilegalidade.

29. As alternativas abaixo apresentam as finalidades do sistema de controle interno, a ser exercido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para promover a fiscalização e controle dos orçamentos públicos, havendo uma única **exceção**. Assinale-a.

- (A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (D) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

30. Os atos de improbidade administrativa importarão

- (A) a suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.
- (C) somente na instauração da ação penal cabível, visto que, se configurado o crime, este abrangerá os ilícitos administrativos.
- (D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (E) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

31. Leia a descrição das seguintes condutas típicas:

- I. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- II. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Exigir o funcionário tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- IV. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- V. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Analisando-se tais condutas, conclui-se que correspondem, **respectivamente**, aos crimes de

- (A) extravio, furto, corrupção passiva, extorsão, peculato.
- (B) furto, apropriação indébita, peculato, excesso de exação, advocacia administrativa.
- (C) prevaricação, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, peculato.
- (D) advocacia administrativa, apropriação indébita, excesso de exação, corrupção ativa, furto.
- (E) condescendência criminosa, furto, peculato, advocacia administrativa, concussão.



32. Nos termos da Lei Federal nº 10.028 de 19/10/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas

- I. deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- II. propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III. realizar operação de crédito por antecipação de receita para atender insuficiência de caixa somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- IV. deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- V. realizar despesas com prévio empenho.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) apenas as afirmativas I, II e IV são **corretas**.
- (B) apenas as afirmativas II e III são **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I, III e IV são **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV são **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas I, II e V são **corretas**.

33. Dentre as principais técnicas de análise de balanços, assinale a alternativa que identifica a análise por meio da qual se faz a comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes períodos, constituindo um processo de análise temporal que é desenvolvida por meio de números índices.

- (A) Análise horizontal
- (B) Análise vertical
- (C) Análise por indicadores
- (D) Análise por quocientes
- (E) Análise por diagrama de índices

34. Para fins de elaboração da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR), o valor do ganho proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado deve ser computado como um

- (A) item positivo no grupo das origens de terceiros.
- (B) item negativo no grupo das origens de terceiros.
- (C) item positivo no grupo das origens das operações e negativo no grupo das origens de terceiros.
- (D) item negativo no grupo das origens das operações.
- (E) item positivo no grupo das origens das operações.

35. As principais causas que fazem variar o saldo do grupo patrimônio líquido no balanço patrimonial de uma entidade com fins lucrativos são

- (A) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como a constituição de reservas de lucro.
- (B) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital.
- (C) o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de lucro, de capital e de reavaliação.
- (D) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de capital.
- (E) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como as posteriores incorporações das reservas de lucro.

36. Identifique a alternativa que corresponde ao regime contábil para a apuração dos resultados na contabilidade pública brasileira, no que tange às receitas e despesas.

- (A) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas empenhadas (regime de competência).
- (B) Competência, ou seja, receitas e despesas orçadas.
- (C) Caixa, ou seja, receitas recebidas e despesas pagas.
- (D) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas orçadas (regime orçamentário).
- (E) Orçamentário, ou seja, receitas e despesas orçadas e legalmente empenhadas.

37. No âmbito da Administração Pública, os estágios da receita pública são, **respectivamente**,

- (A) a previsão (estimativa), o empenho (inclusão no orçamento) e a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte).
- (B) o empenho (inclusão no orçamento), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e a realização (pelo recebimento da receita).
- (C) a previsão (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o recolhimento (pelo crédito na conta de receita proveniente da entrega do produto da arrecadação).
- (D) a dotação (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o empenho (baixa na dotação orçamentária pelo recebimento efetivo da receita arrecadada).
- (E) a previsão (estimativa), o recolhimento dos pagamentos dos contribuintes (pelas repartições fiscais ou rede bancária) e a realização (pelo recebimento da receita).



38. Considerando as demonstrações contábeis elaboradas segundo a Lei 4.320/64 e os sistemas contábeis utilizados na administração pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O sistema orçamentário tem dupla finalidade, ele produz o balanço orçamentário e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- (B) O sistema financeiro tem dupla finalidade, ele produz o balanço financeiro e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e à demonstração das variações patrimoniais.
- (C) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema orçamentário para que este dê origem ao balanço orçamentário.
- (D) O sistema de compensação tem dupla finalidade, ele produz a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial.
- (E) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e alimenta o sistema financeiro para que este dê origem à demonstração das variações patrimoniais.

39. De acordo com a legislação vigente sobre os critérios de classificação orçamentária das despesas públicas, o critério de classificação programática é aquele por meio do qual as despesas públicas são segregadas em

- (A) correntes e de capital.
- (B) funções e subfunções.
- (C) órgãos setoriais e em suas respectivas unidades orçamentárias.
- (D) programas, projetos e atividades, bem como as operações especiais quando efetivamente contribuírem para a consecução dos objetivos dos programas.
- (E) funções, programas, subprogramas, projetos/atividades e subprojetos/subatividades.

40. Para fins de elaboração do Balanço Financeiro de uma entidade pública, assinale a alternativa que evidencia o efeito líquido no caixa da entidade, sabendo-se que: I – a despesa empenhada no ano de 2.001 foi de \$200,00; II – a despesa não paga e inscrita em restos a pagar no ano de 2.001 foi de \$30,00; III – houve o pagamento em 2.001, da despesa inscrita em restos a pagar no ano de 2.000, no valor de \$20,00; e IV – não houve cancelamento das inscrições em restos a pagar.

- (A) Redução de 150.
- (B) Redução de 170.
- (C) Redução de 190.
- (D) Redução de 210.
- (E) Redução de 250.





## CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

41. Considerações de natureza teórica afirmam que os tributos indiretos tendem a ser totalmente transferidos para o preço final do bem. Observando as assertivas abaixo, é possível afirmar que essa hipótese está correta no caso do imposto incidir sobre a

- (A) renda, quando se estabelecem alíquotas diferenciadas por tipo de rendimento.
- (B) venda de um bem de consumo, cuja demanda tenha elasticidade-preço igual a zero.
- (C) venda de um bem de capital, quando a demanda por esse bem tem elasticidade-preço igual à unidade.
- (D) venda de um bem de consumo, cuja demanda tenha elasticidade-preço unitária.
- (E) venda de bem de consumo, quando a demanda por esse bem tem elasticidade-preço infinita.

42. A partir das teorias que procuram explicar o comportamento da demanda com a presença do Investimento nas contas nacionais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O conceito de investimento refere-se ao gasto destinado ao aumento do estoque de capital.
- (B) A teoria neoclássica do investimento em capital fixo considera que o nível de investimento irá depender da taxa de mudança no produto da economia.
- (C) A teoria do investimento habitacional considera que a taxa de investimento é dada pelas vendas efetivas de parte do estoque de imóveis existente em determinado período, ao preço de mercado.
- (D) O investimento em estoques aumenta quando ocorre uma queda não antecipada das vendas.
- (E) O modelo do acelerador considera que o nível de investimento irá depender do grau de mudança na taxa de juros.

43. Sobre o modelo macroeconômico da teoria clássica do produto e do emprego, é **correto** afirmar que

- (A) a renda de equilíbrio em qualquer momento é determinada pela demanda agregada.
- (B) se o sindicato conseguir um aumento do salário nominal, então aumentam o consumo e o produto de equilíbrio.
- (C) uma inovação tecnológica que aumente a produtividade do trabalho, ocasiona o aumento do emprego e do produto de equilíbrio.
- (D) um aumento da oferta monetária pelo Banco Central reduz as taxas de juros e aumenta o emprego e o produto de equilíbrio.
- (E) uma queda da demanda agregada ocasiona queda do emprego e da renda de equilíbrio.

44. É considerado um imposto "em cascata" ou cumulativo, aquele que

- (A) é calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota sobre o preço do produto em cada etapa.
- (B) é calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota fixa sobre o valor adicionado em cada etapa.
- (C) é calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota fixa sobre o lucro de cada etapa.
- (D) é calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota variável sobre o valor adicionado em cada etapa.
- (E) é calculado apenas em uma das etapas do processo de produção e circulação de mercadorias.

45. Com a abertura da economia e a internacionalização das finanças no Brasil, novos conceitos e expressões passaram a fazer parte do cotidiano. Analise as seguintes proposições acerca do chamado **cupom cambial**:

- I. significa a remuneração efetiva dos dólares convertidos em reais e aplicados no mercado financeiro brasileiro.
- II. não tem relação com a evolução da taxa de câmbio.
- III. expressa a diferença entre a taxa de juros doméstica e a taxa de juros americana.
- IV. corresponde a um título do Tesouro brasileiro, expresso em moeda estrangeira.
- V. não tem relação com a rentabilidade dos recursos aplicados no mercado financeiro.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas as proposições III e V estão **corretas**.
- (B) apenas a proposição III está **correta**.
- (C) apenas a proposição I está **correta**.
- (D) apenas as proposições II e IV estão **corretas**.
- (E) apenas as proposições I e V estão **corretas**.

46. O aumento do preço tende a aumentar o consumo de bem econômico do tipo

- (A) Bem de Giffen.
- (B) Bem normal.
- (C) Bem substituto.
- (D) Bem natural.
- (E) Bem de luxo.



47. Considere uma firma produtora de dois bens com uma base fixa de recursos produtivos e tecnologia dada. Os preços de mercado são dados para a firma e ela objetiva maximizar seus resultados. Nessas condições é **correto** afirmar que

- (A) existe uma única possibilidade de a firma produzir os dois bens com um custo total mínimo.
- (B) existe uma única possibilidade de a firma obter uma receita total máxima com a venda dos dois bens no mercado.
- (C) a firma pode estar em equilíbrio, maximizando seus resultados e obtendo, por meio da venda dos seus produtos, uma receita total abaixo da máxima receita total possível.
- (D) para que a produção de um dos bens seja aumentada de uma quantidade constante, o sacrifício em termos de redução da quantidade produzida do outro bem necessita ser cada vez maior.
- (E) as possibilidades de produção dos dois bens não são obtidas a partir do conjunto de produção tecnicamente eficiente.

48. Embora não seja uma preocupação recente, a economia do meio ambiente desenvolveu-se com maior intensidade a partir da década de 70 com os problemas representados pelo aumento da poluição em diversas cidades do mundo. Avalie as seguintes proposições relativas à economia do meio-ambiente.

- I. Quando o objetivo do Governo for garantir um padrão mínimo de qualidade ambiental, na ausência de um conhecimento preciso dos custos e benefícios da poluição, a taxa pigouviana é preferencial à regulamentação direta dos níveis de poluição.
- II. Na ausência de custos de transação entre as partes e havendo a definição de qual é o agente econômico que detém os direitos de emissão de poluentes, a livre negociação entre as partes levará a um nível ótimo de emissão de poluição. Isto é o que afirma o Teorema de Coase.
- III. Caso se tenha um conhecimento preciso das condições de custos e de benefícios de uma redução da poluição, a taxa pigouviana e a restrição direta à emissão de poluentes pelo Governo podem gerar um nível eficiente de poluição.

Pode-se afirmar que

- (A) somente a proposição II está **incorreta**.
- (B) somente a proposição I está **incorreta**.
- (C) somente as proposições I e II estão **incorretas**.
- (D) somente a proposição III está **incorreta**.
- (E) as três proposições estão **incorretas**.

49. O mercado em concorrência perfeita de um determinado produto está representado pelas equações abaixo:

$$Q_{\text{demandada}} = 400 - 4P$$

$$Q_{\text{oferecida}} = -20 + 2P$$

Se o Governo impuser uma tributação sobre vendas nesse mercado, pode-se afirmar que

- (A) se o imposto a ser instituído for do tipo específico e com alíquota igual a R\$ 3,00 para cada unidade vendida, os consumidores terão de pagar um preço unitário de R\$ 73,00 para adquirir o produto.
- (B) se o imposto a ser instituído for do tipo *ad valorem* e *por fora* com alíquota de 10%, o produtor passará a receber, após o imposto, um preço líquido de, aproximadamente, R\$ 65,17.
- (C) se o imposto a ser instituído for do tipo *ad valorem* e *por dentro* com alíquota de 10%, o valor do imposto, para cada unidade vendida, quando o mercado estiver em equilíbrio, será, aproximadamente de R\$ 6,56.
- (D) as parcelas do tributo a serem pagas pelo consumidor e pelo vendedor serão, em porcentagem, iguais, quer seja, um imposto específico ou *ad valorem*.
- (E) se o imposto a ser instituído for do tipo *ad valorem* e *por dentro* os consumidores passarão a ter que pagar um preço unitário de R\$ 77,00 para adquirir o produto, caso a alíquota adotada seja 10%.

50. Considere as seguintes funções de demanda e oferta de um Bem X:

$$DX = a - b \cdot PX;$$

$$OX = -c + d \cdot PX;$$

$$DX = \text{quantidade demandada do Bem X};$$

$$OX = \text{quantidade ofertada do Bem X};$$

$$PX = \text{preço do Bem X};$$

a, b, c, d são parâmetros fixos e positivos.

Dadas as condições acima, para um mercado em concorrência perfeita, é **correto** afirmar que no curto prazo

- (A) a curva de oferta desloca-se para a direita se aumentar o preço.
- (B) a curva de demanda desloca-se para a esquerda se houver aumento do preço.
- (C) a oferta do bem é fixa e o preço de equilíbrio é determinado pela demanda.
- (D) a demanda do bem é determinada pela quantidade que os consumidores compram do bem.
- (E) quando há excesso de oferta surgem pressões para os preços caírem.



51. Considere as seguintes expressões econômicas:

PIB = produto interno bruto.

PNB = produto nacional bruto.

RLEE = renda líquida enviada ao exterior.

Saldo BP = saldo do balanço de pagamentos.

TC = transações correntes.

MKa = movimento de capitais autônomos.

MKc = movimento de capitais compensatórios.

C = consumo agregado.

I = investimento agregado.

G = consumo do governo.

X = exportação de bens e serviços não-fatores.

M = importação de bens e serviços não-fatores.

S = poupança do setor privado.

T = arrecadação de impostos do governo.

Com base nessas informações e nas identidades macroeconômicas de uma economia aberta, é **correto** afirmar que

- (A) Saldo BP = X - M
- (B) PIB = C + I + G + X
- (C) PIB = PNB - RLEE
- (D) TC + X - M = MKa - MKc
- (E) (S - I) + (T - G) = (X - M - RLEE)

52. Um problema fundamental da Economia é a escolha do uso de recursos escassos na produção de bens alternativos. Suponha que o objetivo da atividade econômica em uma economia de mercado seja o de maximizar o bem-estar econômico, no sentido da conhecida condição de otimização de Pareto.

Assinale a alternativa **incorreta** na análise dessa questão.

- (A) A produção de bens e sua distribuição entre os consumidores precisam ser tais que a taxa marginal de substituição técnica de qualquer produto por outro seja igual à taxa de transformação dos produtos.
- (B) O sistema de preços, em qualquer condição, leva a economia ao equilíbrio geral com máximo bem-estar econômico.
- (C) A distribuição das produções precisa ser tal que a taxa marginal de substituição de qualquer produto por outro produto seja a mesma para todos os consumidores.
- (D) Haverá uma série diferente de condições de ótimo de Pareto para cada diferente modelo de distribuição de renda.
- (E) A alocação de recursos produtivos precisa ser tal que a taxa marginal de substituição técnica de qualquer recurso por outro seja a mesma na produção de todos os produtos para os quais estes recursos possam ser utilizados.

53. Considere dois projetos de investimento, mutuamente exclusivos, que têm o mesmo desembolso inicial de R\$ 120.000,00 e o mesmo horizonte de duração. Esses projetos apresentam os seguintes fluxos de caixa em reais:

Projeto	A	B
Ano 1	22.800,00	8.000,00
Ano 2	40.000,00	30.000,00
Ano 3	90.000,00	90.000,00
Ano 4	60.000,00	72.000,00
Ano 5	(12.800,00)	0,00
Total	200.000,00	200.000,00

Com base nessas informações, pode-se afirmar que

- (A) ambos os projetos têm a mesma rentabilidade.
- (B) o valor presente líquido do projeto B é maior que o do projeto A.
- (C) a taxa interna de retorno do projeto A é maior que a do projeto B.
- (D) a taxa interna de retorno do projeto B é maior que a do projeto A.
- (E) o valor presente líquido do projeto A é negativo.

54. Com base no sistema de contabilidade nacional, é **incorreto** afirmar que

- (A) Produto Interno Líquido = Produto Interno Bruto - Depreciação.
- (B) Produto Interno Líquido a custo de fatores = Produto Interno Líquido a preços de mercado + Impostos Indiretos - Subsídios.
- (C) Produto Interno Bruto = Renda Interna Bruta.
- (D) Renda Nacional Líquida a custo de fatores = Produto Nacional Líquido a custo de fatores.
- (E) Produto Nacional Líquido = Produto Nacional Bruto - Depreciação.

55. A análise de longo prazo da produção de uma firma com dois fatores de produção variáveis e um determinado nível de tecnologia indica que

- (A) ocorrem rendimentos crescentes de escala quando a taxa marginal de substituição técnica entre os fatores é positiva.
- (B) as curvas isoquantas (isoproducto) não se cruzam, mas podem se tangenciar.
- (C) como não se tem fatores fixos, não ocorrem rendimentos decrescentes de escala.
- (D) quando ocorrem rendimentos crescentes de escala, a produtividade média dos fatores de produção aumenta.
- (E) quando ocorrem rendimentos crescentes de escala aumenta a distância entre as curvas isoquantas ao se afastarem dos eixos cartesianos.



56. Considerando os critérios de Período de *payback*, Valor presente líquido (VPL), Retorno contábil médio (RCM) e Taxa interna de retorno (TIR), é possível afirmar que

- I. a Taxa interna de retorno, quando aplicável, sempre leva à mesma decisão que o Valor presente líquido.
- II. o critério de Valor presente líquido é superior aos demais critérios.
- III. o critério do Retorno contábil médio é superior aos da Taxa interna de retorno e de *payback* porque trabalha com dados contábeis da empresa.
- IV. o critério de *payback* leva em conta todos os fluxos de caixa do projeto.

Marque a assertiva **correta**.

- (A) Apenas a afirmativa IV está **correta**.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão **corretas**.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão **corretas**.
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão **corretas**.
- (E) Apenas a afirmativa I está **correta**.

57. Com relação ao debate teórico sobre o papel macroeconômico dos déficits orçamentários do governo e da dívida pública, analise as proposições seguintes sob a ótica de diversos modelos econômicos.

- I. O modelo keynesiano admite uma política transitória de déficit orçamentário financiado pela dívida pública para expandir o crescimento econômico.
- II. No modelo de equivalência ricardiana, o déficit orçamentário não tem efeito sobre o crescimento econômico.
- III. No modelo keynesiano, o pagamento futuro da dívida pública é garantido pelo aumento da receita de impostos em decorrência do crescimento econômico.
- IV. No modelo de equivalência ricardiana, o déficit orçamentário presente representa o ônus da dívida pública a ser paga pelas gerações futuras.
- V. O modelo de equivalência ricardiana recomenda uma política fiscal de permanente superávit orçamentário.

Pode-se afirmar que

- (A) estão **corretos** apenas os itens I e II.
- (B) estão **corretos** apenas os itens III e IV.
- (C) todos os itens estão **corretos**.
- (D) estão **corretos** apenas os itens I, III e V.
- (E) estão **corretos** os itens I, II, III e IV.

58. A respeito do equilíbrio no curto prazo de uma firma é **incorreto** afirmar que

- (A) na concorrência perfeita a firma fixa a quantidade a ser vendida ao preço de mercado.
- (B) no monopólio a curva de receita média da firma é a curva de demanda do mercado.
- (C) no monopólio a receita total é superior ao custo total.
- (D) no monopólio a firma maximiza lucro quando a receita marginal é igual ao custo marginal.
- (E) na concorrência perfeita a firma pode ter prejuízo.

59. Sobre os custos de produção de uma firma em concorrência perfeita no curto prazo, é possível afirmar que

- (A) a função de custos de produção relaciona a quantidade produzida com a quantidade de fatores de produção necessária para obtê-la.
- (B) os custos totais médios tendem a igualar-se aos custos variáveis médios com o aumento da produção.
- (C) os custos fixos médios permanecem constantes com o aumento da produção.
- (D) os custos totais médios de produção são sempre declinantes com o aumento da produção.
- (E) os custos variáveis médios caem com a queda da produção.

60. Considere uma função de produção de curto prazo, com dois fatores de produção - terra (K) e trabalho (L) - e tecnologia dada. As relações entre o produto total, médio e marginal permitem definir três estágios de produção, os quais são simétricos quando observados do ponto de vista do insumo variável e do insumo fixo. Considere PL, PMeL e PMgL as siglas para representar **respectivamente** o produto total, médio e marginal quando o trabalho for o fator variável e o capital o fator fixo; e PK, PMeK e PMgK as siglas para representar **respectivamente** o produto total, médio e marginal quando a terra for o fator variável e o trabalho o fator fixo.

Nessas condições, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O PMeK atinge seu máximo quando o PMgL atinge nível zero.
- (B) O PMeL está diminuindo quando o PMgK é negativo.
- (C) O PMgK atinge nível zero quando o PMgL atinge seu máximo.
- (D) O PMgL está diminuindo quando o PMeK está diminuindo.
- (E) O PMgK é positivo quando o PMeL está diminuindo.



61. A respeito das teorias sobre Consumo e Poupança, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A hipótese da renda permanente tem o pressuposto que a renda corrente é o principal determinante do consumo.
- (B) A hipótese do ciclo de vida tem o pressuposto que no curto prazo a propensão marginal a consumir é maior que a propensão média a consumir.
- (C) A função consumo keynesiana supõe que o consumo é função da riqueza.
- (D) A hipótese do ciclo de vida sugere que a poupança é alta quando a renda é alta em relação à renda média da vida.
- (E) A hipótese da renda permanente supõe que a propensão média a consumir tende cair em períodos recessivos.

62. Assinale a alternativa **incorreta** a respeito da função alocativa do governo na oferta de bens públicos (puros) e bens semipúblicos.

- (A) Os bens semipúblicos não podem ser submetidos ao princípio de exclusão.
- (B) Os bens públicos caracterizam-se por apresentarem consumo indivisível ou não-rival.
- (C) Um mercado em concorrência perfeita não garante o rateio eficiente dos custos de produção dos bens públicos entre a população.
- (D) A característica essencial dos bens semipúblicos é seu elevado conteúdo de externalidade.
- (E) São exemplos tradicionais de bens públicos, a defesa nacional e a segurança pública, e de bens semipúblicos, os serviços de educação e saúde.

63. Levando-se em consideração as expressões econômicas listadas:

Km = Multiplicador dos Meios de Pagamento.

M = Meios de Pagamento (M1).

B = Base Monetária.

P = Papel-moeda em poder do Público.

D = Depósitos à vista nos Bancos Comerciais.

R = Encaixes Bancários.

$c = P / M$

$d = D / M$

$r = R / D$

As fórmulas apresentadas abaixo são utilizadas para expressar o Multiplicador dos Meios de Pagamento. Assinale a que **não** se aplica.

- (A)  $Km = 1 / [1 + r(1 - d)]$
- (B)  $Km = 1 / [1 - d(1 - r)]$
- (C)  $Km = 1 / (1 + R / M)$
- (D)  $Km = 1 / (c + r*d)$
- (E)  $Km = (P / D + 1) / (P / D + R / D)$

64. Os números-índices são fartamente utilizados para a elaboração de séries econômicas. Índices de produção, de preço, de consumo são divulgados a todo momento.

Considerando-se a importância dos números-índices, analise as seguintes proposições:

- I. Índice de Paasche: os pesos variam e correspondem aos preços ou quantidades do período para o qual ele é calculado.
- II. Índices de preço de Laspeyres: tendem a superestimar a verdadeira taxa de inflação ocorrida no período.
- III. Índices de Laspeyres e Paasche: não observam as propriedades de cadeia e de reversão no tempo.
- IV. Índice ideal de Fischer: corresponde à média geométrica dos índices de Laspeyres e Paasche.

Conclui-se que

- (A) nenhuma das proposições está **correta**.
- (B) apenas está **correta** a proposição I.
- (C) apenas estão **corretas** as proposições II e III.
- (D) apenas estão **corretas** as proposições II, III e IV.
- (E) todas as proposições estão **corretas**.

65. Considere uma economia aberta, com equilíbrio do Balanço de Pagamentos, livre mobilidade de capital, taxa de juros internacional dada e taxa de câmbio flexível. Nessas condições, a análise dos efeitos finais da política econômica através do modelo IS-LM indica que

- (A) a política fiscal expansionista tende a não alterar o nível de renda.
- (B) a política monetária contracionista tende a aumentar o saldo da balança comercial.
- (C) a política fiscal expansionista tende a aumentar o saldo da balança comercial.
- (D) a política monetária contracionista tende a não alterar a taxa de câmbio.
- (E) a política fiscal expansionista tende a aumentar a taxa de juros.

66. A análise do Balanço de Pagamentos de um país em um determinado período, realizada a partir das identidades das contas nacionais indica que

- (A) quando há déficit na Balança de Transações Correntes, há Poupança Externa Positiva.
- (B) o aumento dos Empréstimos Externos tende a diminuir o saldo da Balança de Capitais.
- (C) a política de aumento da taxa de juros interna em relação à taxa de juros internacional, tende a aumentar o déficit no Balanço de Capitais.
- (D) o déficit no Balanço de Pagamentos é igual ao volume de reservas em moeda estrangeira.
- (E) quanto maior a renda do país, maior tende a ser o saldo da Balança Comercial.





67. Do ponto de vista da alocação ótima de recursos, quando se reconhece que os preços sociais e de mercado divergem entre si, descortina-se o problema da definição de quais preços usar para a adequada avaliação de um projeto.

A esse respeito, estaria **incorreto** afirmar que os preços sociais ou preços "sombra"

- (A) deveriam refletir o custo de oportunidade dos fatores, podendo então ser utilizados para substituir os preços de mercado na avaliação de projetos específicos.
- (B) são aqueles que, quando aplicados à ordenação de prioridades relativas a uma constelação de projetos, permitem selecionar o conjunto de alternativas que assegura o máximo rendimento social dentro das limitações de recursos disponíveis, observados as diretrizes e objetivos da política governamental.
- (C) guardam fraca relação com o conceito de custo de oportunidade dos fatores.
- (D) seguem a orientação do enfoque de equilíbrio geral, segundo conceituada corrente teórica que trata da economia do meio ambiente.
- (E) são aqueles que, quando uniformemente utilizados na seleção de alternativas de um determinado universo de projetos, permitem que seja exaurido simultaneamente todo o estoque de recursos disponíveis.

68. Com relação ao papel da moeda nas teorias macroeconômicas, é **correto** afirmar que

- (A) no modelo clássico a moeda desempenha as funções de meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.
- (B) no modelo keynesiano os indivíduos sofrem de ilusão monetária ao demandarem moeda.
- (C) no modelo keynesiano quanto maior a taxa de juros menor a demanda de moeda.
- (D) no modelo clássico os indivíduos demandam moeda pelos motivos transação e especulação.
- (E) no modelo clássico a oferta monetária determina a taxa de juros.

69. O Banco Central (BC) pode utilizar-se de algumas estratégias para conduzir a política monetária. Estas estratégias acham-se descritas nas alternativas abaixo, à **exceção** de uma. Indique-a.

- (A) o BC pode comprar títulos no mercado aberto para aumentar a oferta monetária.
- (B) o BC pode diminuir a oferta monetária através do aumento da taxa de desconto.
- (C) o BC pode controlar ao mesmo tempo as taxas de juros e o estoque monetário.
- (D) se o BC financiar o déficit do Tesouro Nacional, ele aumenta a oferta monetária.
- (E) o BC cria base monetária ao comprar ativos que aumentam o passivo de seu balanço.

70. Pode-se afirmar que maior será a probabilidade de uma união aduaneira levar à criação de um fluxo de comércio e a um bem-estar mais acentuado

- (A) quanto menores forem as barreiras comerciais dos países-membros anteriores à União.
- (B) quanto menor for o número de países integrantes da união aduaneira e quanto maior for o seu tamanho.
- (C) quanto menos concorrentes, em lugar de complementares, forem as economias dos países-membros.
- (D) quanto menor for a relação comercial e econômica anterior à união entre os membros em potencial da união aduaneira.
- (E) quanto mais reduzidas forem as barreiras comerciais da união aduaneira com relação ao restante do mundo.

